

# ABIN OU SNI?



A PF iniciou operação que investiga esquemas de espionagem clandestina na Abin de Bolsonaro - que lembra o falecido SNI, órgão de espionagem dos militares na ditadura. A Abin era comandada por Alexandre Ramagem, um dos alvos da operação, então subordinado a General Heleno, que comandava o GSI

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 29 de Janeiro de 2024 Nº 128

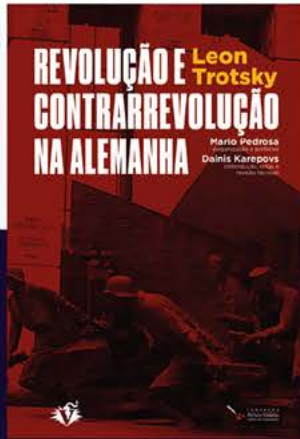
Entrevista: Humberto Costa e as eleições municipais

Presidente Lula aposta na reindustrialização

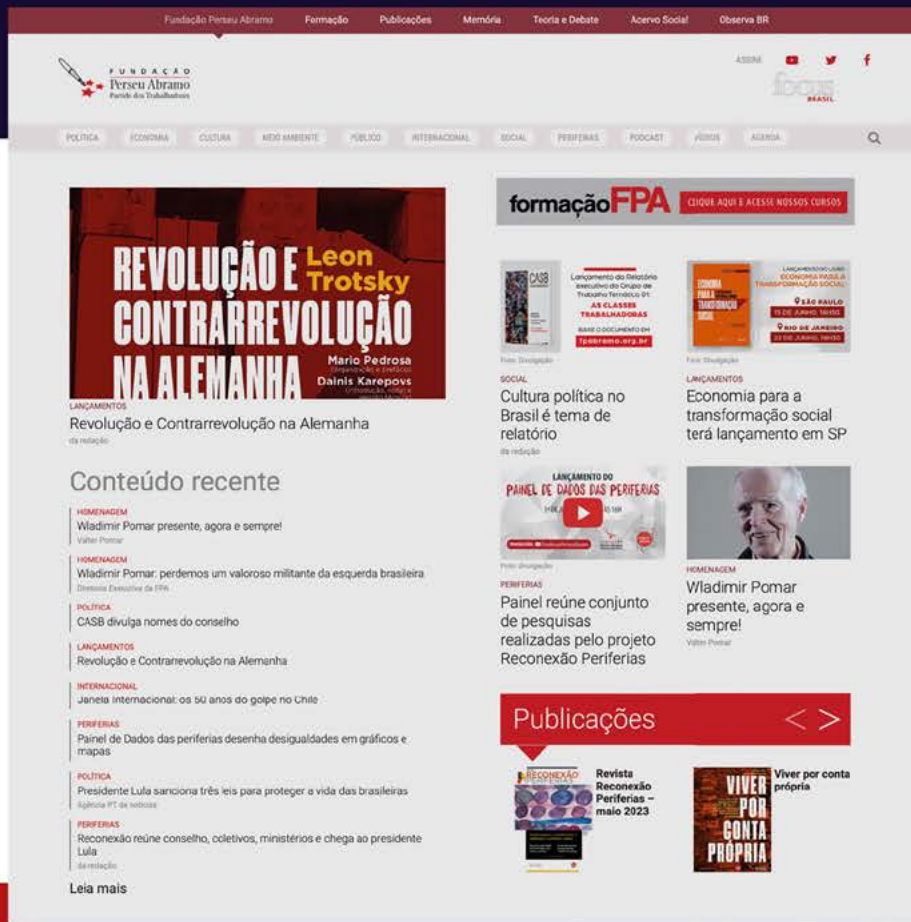
Análise: estabilidade na aprovação de Lula

Desmatamento na Amazônia cai 50%

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **acompanhe nossos canais e receba nossas publicações!**



[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

# O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: [autonomialiteraria.com.br](http://autonomialiteraria.com.br)



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,  
Fernanda Otero, Guto Alves, Isaías Dalle



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

## CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

## CONTRIBUA COM A REVISTA REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuir com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFERIAS



# ABIN DE BOLSONARO APARELHADA

Escândalo ABIN: General Heleno, Ramagem e Bolsonaro se veem em meio a espionagem clandestina, criando uma espécie de novo SNI. Revelações chocantes abalam a cúpula de Bolsonaro em meio a acusações de irregularidades e interferência política. Investigação em curso promete revelar impactos no cenário nacional.

Capa PF investiga espionagem clandestina na Abin

Página 06

VEM DE LONGE Em 2021, Heleno teve que responder sobre espionagem

Página 09

ENTREVISTA Humberto Costa fala sobre estratégias do PT para 2024

Página 13

USP 90 ANOS Presidente

Lula participa de cerimônia em São Paulo

Página 20

ECONOMIA Lula aposta em reindustrialização

Página 23

ANÁLISE Pesquisa aponta melhora na aprovação de Lula

Página 31

ARTIGO Leia na íntegra artigo de Zé

Dirceu publicado parcialmente na FSP

Página 33

MEIO AMBIENTE Com Lula, desmatamento na Amazônia cai 50%

Página 35

MEMÓRIA Rebelião negra em Pelotas e a disputa da História

Página 39



# A SUBSERVIÊNCIA E O VIRALATISMO BRASILEIRO SE VOLTAM CONTRA A REINDUSTRIALIZAÇÃO

Alberto Cantalice

**N**ona economia do mundo, o Brasil tem um PIB quase do tamanho da Itália: US\$2,19 trilhões no caso italiano e US\$2,13 trilhões no caso brasileiro. Ocorre que a Itália tem uma população de 59 milhões de pessoas e o Brasil 203 milhões. Essa diferença faz com que a renda per capita dos italianos seja de 36,6 mil dólares/ano e a renda brasileira de 9,8 mil dólares/ano.

Para vencer essa diferença é preciso que o Brasil entre em uma espiral de crescimento que se assemelhe a um voo de cruzeiro na economia, rompendo com o velhíssimo ciclo de voos de galinha que marcaram o país em várias décadas.

Para isso é preciso agregar valor à economia brasileira. Deixar de ser só um mero exportador de commodities e “celeiro do mundo” e passe a exportar produtos de maior valor agregado. Precisamos investir na capacitação dos jovens brasileiros. Mantê-los no ambiente escolar em escolas de tempo integral que além do ensino básico, fundamental e médio, abram janelas de futuro com esporte, cultura e tecnologia da informação.

O Estado via BNDES, FINEP e bancos públicos têm buscado formas de investir na ciência, tecnologia e inovação. O Banco de desenvolvimento inclusive, lançou um plano que busca inicialmente investir 3 bilhões em projetos de reindustrialização. A Petrobras, ao retomar as obras da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e no Comperj, no

Rio de Janeiro, busca romper a dependência brasileira no refino e na produção de diesel e óleos combustíveis. Há estudos inclusive para a construção de uma indústria nacional de fertilizantes, outra carência do país.

Essa orientação do governo Lula tem sido severamente atacada por porta-vozes na mídia e no mercado. Os mesmos que bafejaram a malfadada Lava Jato e contribuíram para a destruição da indústria da construção pesada e com a derrocada dos estaleiros. Essa mesma lógica virá-lata destruiu milhares de empregos e agiu significativamente para comprimir o crescimento do país.

São vozes do atraso. Verdadeiros quinta-colunas contra os interesses pátrios.

Não passarão!



# OS ESPIÕES

## DE RAMAGEM, HELENO E CARLOS BOLSONARO NA ABIN

ABIN de Bolsonaro é alvo de operação PF por vigilância clandestina de cerca de 30 mil brasileiros utilizando software israelense; é a segunda operação que investiga espionagem na agência então comandada por Alexandre Ramagem (PL-RJ), subordinado a General Heleno, então ministro do GSI



**N**esta última quinta-feira, dia 25/1, a Polícia Federal realizou o cumprimento de 21 mandados de busca e apreensão, bem como medidas cautelares diversas de prisão durante a Operação Vigilância Aproximada. A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e investiga uma organização criminosa de espionagem que teria se estabelecido na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesta segunda, 29/01 quem recebeu a visita da Polícia Federal foi o Vereador Carlos Bolsonaro. Filho do ex-presidente, é apontado juntamente com Ramagem como operadores da Abin paralela.

O propósito, segundo aponta as investigações, era o de realizar monitoramento ilegal de autoridades públicas e outros indivíduos durante a gestão de Alexandre Ramagem (PL-RJ), à frente da Agência e de General Heleno, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o GSI. O número de pessoas espionadas chega a 30 mil - vigilância ilegal e clandestina,

práticas de uma ditadura.

No relatório do ministro Alexandre de Moraes, o ministro afirma que a "alta gestão" da Abin naquele momento - "especificamente Alexandre Ramagem e Carlos Afonso" - "interferiu nas apurações disciplinares para que não fosse divulgada a instrumentalização da Abin".

Entre os alvos, está o próprio ministro Moraes, numa tentativa de associá-lo à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Para tanto, também foi monitorada a advogada Nicole Giaberardino Fabre, que trabalhava na época para a ONG Anjos da Liberdade.

Segundo as investigações, no mesmo contexto, outro ministro do STF, Gilmar Mendes, teve a localização rastreada "alimentando a difusão de fake news contra os magistrados da Suprema Corte".

### **O software de espionagem de celulares**

De acordo com a investigação da PF, a possibilidade de que fosse revelado o uso irregular do sistema de monitoramento First Mile levou os então gestores da Abin a anular um processo administrativo disciplinar sobre o tema. Ramagem e Afonso também teriam agido para "dar apa-

rência de legalidade" ao uso irregular do First Mile. O sistema foi usado, segundo a PF, entre 6 de fevereiro de 2019 e 27 de abril de 2021.

A ação denominada "Vigilância Aproximada", da PF, é uma continuação da operação "Primeira Milha", que teve início em outubro de 2023 com o propósito de investigar as alegações de utilização criminosa da ferramenta "FirstMile". Essa tecnologia de espionagem, desenvolvida pela empresa israelense Cognyte (anteriormente conhecida como Verint), teve seu mau uso revelado em março pelo jornal O Globo.

Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin e atualmente deputado federal pelo partido PL-RJ, está no centro das investigações. Sua ligação direta com a agência de inteligência levou a suspeitas de seu envolvimento no esquema de monitoramento ilegal. Tanto Ramagem quanto Heleno enfrentam intensa pressão pública e política, além de terem seus nomes associados a este escândalo pela segunda vez, em uma segunda operação da PF.

Horas depois da operação ser deflagrada, Ramagem disse em entrevista que "Nós da direção da Polícia Federal, policiais federais que estavam comigo,



nunca tivemos a utilização, execução, gestão ou senha desses sistemas", pontuou o deputado, que também foi delegado da PF. Foram feitas buscas no gabinete de Ramagem e no apartamento funcional da Câmara hoje ocupado por ele.

### Exonerações

Na sexta-feira (26), o governo tomou a decisão de destituir Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho, delegado da Polícia Federal, de seu cargo como coordenador de Aviação Operacional. A exoneração foi oficializada por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Carlos está sendo investigado por sua suposta participação em um esquema de espionagem ilícita dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Durante o período em que Alexandre Ramagem ocupou o cargo de diretor-geral da Agência, Carlos ocupava a posição de secretário de Planejamento e Gestão da Abin.

### Ministros do STF na mira e filhos de Bolsonaro beneficiados

O grupo também teria atuado

para difundir informações falsas e vincular os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes a uma facção criminosa. As suspeitas estão em um arquivo eletrônico apreendido na primeira fase da operação, realizada no ano passado, previamente citada nesta matéria.

"O arquivo 'prévia Nmni.docx' mostra a distorção, para fins políticos, da providência, indicando a pretensão última de relacionar a advogada Nicole Fabre e os ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC, alimentando a difusão de fake news contra os magistrados da Suprema Corte", complementa o relatório.

Segundo a Polícia Federal, desafetos políticos também entraram na mira: os investigados utilizaram a ferramenta de monitoramento para vigiar Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados, Joice Hasselmann, ex-deputada federal, e Roberto Bertholdo, advogado que possuía proximidade com Hasselmann e Maia, considerados adversários políticos do governo

na época.

Além disso, governadores também foram alvos desse esquema de espionagem, incluindo Camilo Santana, atual ministro da Educação e ex-governador do Ceará. A Polícia Federal também apontou que a Abin foi instrumentalizada para monitorar a promotora de Justiça do Rio de Janeiro que coordenava a força-tarefa do caso Marielle Franco e Anderson Gomes.

Beneficiários desse monitoramento ilegal incluíram pelo menos dois filhos do ex-presidente: Jair Renan Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Os investigadores indicaram que essa prática de monitoramento ilegal foi utilizada em situações de natureza pessoal e política.

Em 2021, a Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar um suposto tráfico de influência por parte de Jair Renan. Uma das circunstâncias envolvia a suspeita de que ele teria recebido um veículo elétrico em troca de favorecer empresários do ramo de exploração minerária.

O relatório da Polícia Federal afirma que as ações de inteligência realizadas pela Abin foram planejadas para não deixar rastros, o que levou a alta gestão a decidir por não divulgar o relatório quando solicitado pela Presidência da República através do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), de General Heleno, diretamente para a direção geral da Abin.

Outra pessoa mencionada no relatório da Polícia Federal como espionada pela Abin é Allan Lucena, ex-personal trainer e ex-assessor de negócios de Jair Renan Bolsonaro. Durante seu período como preparador físico de Jair Renan, Lucena era também promotor no projeto "Camarote 311", associado ao escritório da empresa Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia dentro do Estádio. •



# NÃO FOI FALTA DE AVISO: EM 2021, JÁ HAVIA SUSPEITAS DE ESPIONAGEM SOB COMANDO DE HELENO E CONFIRMAÇÃO DE RAMAGEM

**E**m maio de 2021, General Heleno, um dos possíveis próximos alvos da Operação Vigilância Aproximada, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), teve que prestar esclarecimentos no dia 19 daquele mês aos deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal.

O depoimento foi para responder a questionamentos sobre 'fake news', compra de equipamento de espionagem, o protagonista dos escândalos de agora, e, pasmem, em plena pandemia, em um governo promoveu o negacionismo, a lista de servidores sob sua tutela que furaram fila de vacinação da COVID-19.

Indagado sobre compra de equipamento de espionagem de celulares, estes agora investigados pelo STF e pela Polícia Federal, Heleno disse que desconhecia o fato.

General Heleno respondeu ao deputado Leo de Brito (PT-AC), que questionou o general sobre uma reportagem da revista *Cruzeiro* que diz que o ex-presidente Jair Bolsonaro pediu à Abin que coletasse dados sobre irregularidades relacionadas à pandemia em âmbito estadual e municipal. Essa também era uma pauta da CPI da Pandemia, no Senado.

À mesma comissão, na mesma data, o ex-diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem disse aos deputados que havia uma preocupação da pasta em cadastrar a



aquisição deste tipo de tecnologia por diversos órgãos.

"A inteligência de Estado não tem essa prerrogativa, essa atribuição; mas a persecução penal, a investigação criminal a possui. Que faz parte o Executivo, o Ministério Público e o Judiciário. Então, portanto, o Executivo e o Judiciário, pela persecução penal, compõem essa parte de controle", afirmou, assumindo a possibilidade de compras de equipamento de espionagem.

Ainda em 2021, General Heleno, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi alvo de questionamentos relacionados ao suposto envolvimento da Abin em práticas ilegais de monitoramento de autoridades públicas e indivíduos. As acusações envolvendo a Abin, General Heleno e Alexandre Ramagem representam um sério

abalo na imagem e credibilidade do órgão de inteligência e das figuras públicas mencionadas.

Especula-se que General Heleno seja o próximo grande alvo da operação. Segundo reportagem da Globo News, de Andrea Sadi, o chamado "núcleo duro" de Jair Bolsonaro teme que a investigação engrosse para cima do General em breve - que parece não se importar: um dia depois de deflagrada a operação, ele foi visto com a esposa em um shopping.

Abordado por jornalistas, ele preferiu "não falar nada. "Não tenho nada para falar. O que eu tinha para falar disso eu falei nas duas CPIs que eu respondi", respondeu. Heleno foi questionado se teme que as investigações cheguem a seu nome. "Não", respondeu imediatamente, mas em seguida remendou com um "não sei", segundo reportou o jornal *O*

Estado de S. Paulo em 26/1.

O escândalo tem gerado diversas repercussões que abalam tanto o cenário político quanto a confiança pública nas instituições de segurança e inteligência. Uma das principais repercussões é a instauração de investigações rigorosas para apurar as denúncias de monitoramento ilegal de autoridades públicas e outras pessoas. Essas investigações buscam esclarecer a extensão do envolvimento da Abin, identificar os responsáveis e garantir justiça.

Além disso, o escândalo tem provocado questionamentos sobre a influência política na atuação da Abin. A possibilidade de a agência ter sido utilizada para fins políticos ou partidários levanta preocupações sobre a integridade do processo democrático e a necessidade de salvaguardar a independência das instituições responsáveis pela segurança e inteligência do país.

Outra repercussão significativa diz respeito à reputação tanto da Abin quanto das figuras públicas envolvidas, como o General Augusto Heleno e Alexandre Ramagem. O escândalo abala a imagem dessas personalidades e pode afetar sua credibilidade perante a opinião pública. A sociedade espera transparência e responsabilização, com medidas adequadas para restaurar a confiança nas instituições e garantir que casos semelhantes sejam evitados no futuro.

Em suma, as repercussões do escândalo da Abin são amplas e abrangem desde investigações rigorosas até questionamentos sobre a influência política nos órgãos de inteligência. É fundamental que as consequências sejam tratadas com seriedade, visando a manutenção do Estado de Direito, a transparência institucional e a confiança da população em suas instituições de segurança e inteligência. •



## PF: ABIN FOI USADA PARA MONITORAR PROMOTORA DO CASO MARIELLE

**A**s investigações da Polícia Federal revelaram que durante o governo de Jair Bolsonaro, quando o deputado federal Alexandre Ramagem ocupava o cargo de diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a estrutura da agência foi utilizada para monitorar ilegalmente autoridades públicas, incluindo a promotora responsável pela investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro em mar de 2018.

Na operação realizada pela PF, foram feitas buscas e apreensões no gabinete de Ramagem na Câmara dos Deputados, além das suas residências em Brasília e no Rio de Janeiro. A ação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o relator das investigações sobre o caso na Corte.

De acordo com a decisão de Moraes, Ramagem, policiais, delegados da PF cedidos para a Abin e outros servidores do órgão teriam participado de uma organização criminosa que realizava monitoramento ilegal de autoridades públicas. Essa prática ficou conhecida como "Abin paralela".

As investigações apontam que o monitoramento ilegal era realizado através do uso do programa espião First Mile, adquirido durante o governo de Michel Temer. Esse software, produzido por uma empresa israelense de defesa cibernética, permitia rastrear a localização dos alvos escolhidos por meio de seus celulares.

Entre as autoridades monitoradas, estão a promotora do Ministério Público do Rio de Janeiro Simone Sibilio, que atuou na investigação inicial do caso Marielle, o então presidente da



Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e Camilo Santana, que era governador do Ceará na época e atualmente é ministro da Educação.

Essa não é a primeira vez que a Abin é acusada de ser instrumentalizada para fins ilegais de monitoramento, conforme já ocorreu em casos anteriores envolvendo a promotora de Justiça do Rio de Janeiro responsável pela força-tarefa sobre os homicídios de Marielle Franco e Anderson Gomes.

### **General Heleno: relembre trajetória**

Durante a Ditadura Militar, era capitão do Exército Brasileiro e pertencia à "linha dura" da ditadura, que era contra a democratização.

Em junho de 2023, Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, defendeu o golpe de 1964, que mergulhou o Brasil em uma ditadura da qual o País só sairia 21 anos depois.

"As coisas são vistas de um lado, como sempre. O deputado acha que o movimento de 1964

matou mais de mil pessoas, o que não aconteceu. Acha que foi um movimento de vingança, de ódio, quando o movimento de 64 salvou o Brasil de virar um País comunista", alegou o bolsonarista.

O próprio também pertenceu à chamada "linha dura" do regime durante a Ditadura Militar. No governo Geisel (1974 - 1979), inclusive, ele trabalhava para o general Sylvio Frota, então ministro do Exército, e integrava a ala que se opunha à "abertura lenta, gradual e segura".

Em 2004, General Heleno se tornou comandante de paz da ONU no Haiti. No ano seguinte, ordenou a invasão de uma comunidade que terminou na morte de dezenas de pessoas. Segundo relatos, o presidente Lula teria recebido um pedido da ONU para substituir Heleno, o que foi feito dias depois.

Em 2016, o golpe parlamentar que derrubou, por meio de um Impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff, aproximou o General da reserva de Jair Bolsonaro, então deputado federal. Eles

eram velhos conhecidos, Heleno foi seu treinador durante o exército e foi seu ministro-chefe chefe do GSI, um entusiasta da visão militar da ocupação da Amazônia, para conter o que considera infiltrações estrangeiras, discurso adotado por Bolsonaro.

Segundo levantamento divulgado em 2019 pela Human Rights Watch, mais de 20 mil pessoas foram torturadas durante a ditadura militar no Brasil. Além disso, 434 foram mortas ou seguem desaparecidas, conforme números oficiais. Durante o período, 4.841 representantes eleitos pelo povo foram destituídos de seus cargos.

A ditadura fechou o Congresso Nacional, cassou habeas corpus e censurou as artes e a imprensa. Em 2014, pela primeira vez as Forças Armadas reconheceram a ocorrência de desaparecimentos e mortes durante o regime em ofício encaminhado à Comissão Nacional da Verdade. Na economia, a manipulação da coleta de informações fez com que os índices oficiais de inflação ficassem artificialmente baixos.

# ZECA DIRCEU DEFENDE PUNIÇÃO JÁ AOS ESPIÕES DE BOLSONARO: “A CASA CAIU”

“É extremamente grave a revelação de que a Abin foi usada por Bolsonaro para espionar e monitorar ilegalmente ministros, governadores e outras autoridades políticas, adversárias do ex-presidente”, aponta o deputado

O deputado federal Zeca Dirceu (PT) defendeu nesta sexta-feira (26/1) “punição já” para todos os envolvidos na espionagem de autoridades, políticos, jornalistas e adversários do ex-presidente Jair Bolsonaro. “É extremamente grave a revelação de que a Abin foi usada por Bolsonaro para espionar e monitorar ilegalmente ministros, governadores e outras autoridades políticas, adversárias do ex-presidente. De acordo com as investigações da Polícia Federal (PF), são mais de 30 mil pessoas espionadas. Punção já!”, disse Zeca Dirceu nas redes sociais.

Nessa quinta-feira (25) uma operação da PF apura as ações de organização criminosa instalada dentro da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) durante o governo Bolsonaro. Entre os alvos das investigações está o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que chefiou a agência no governo anterior. Segundo a PF, o grupo atuava para “monitorar ilegalmente autoridades públicas e outras pessoas”. Para isso, invadiu clandestinamente telefones dos espionados e usou aplicativos de localização de telefones celulares sem autorização judicial. “A casa caiu, mais uma vez, para o bolsonarismo. Não se trata de uma Abin paralela e sim de um esquema cri-



minoso de arapongagem para monitorar adversários políticos, travar investigações e fraudar provas de atos criminosos de parentes e pessoas ligadas ao ex-presidente. Isso só tem um nome: fascismo, de triste lembrança para os brasileiros que lutaram contra a ditadura”, completa o líder do PT na Câmara dos Deputados.

## Abin paralela

Ainda nas redes sociais, o deputado atentou que os investigados

tentaram se explicar perante a opinião pública e se enrolaram ainda mais na teia que criaram para atender seus comparsas. “O celular e um computador da Abin ainda estavam com o deputado Ramagem e o senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) tentou explicar e acabou entregando que o pai não confiava na Abin, por isso consultava equipe paralela de inteligência. A confissão do senador é mais uma prova da existência da chamada Abin paralela”, disse. •

# “PRÉVIAS SÃO POSITIVAS, MOBILIZAM A MILITÂNCIA, MAS, POR OUTRO LADO, PODEM SE TRANSFORMAR EM FONTE DE DIVERGÊNCIAS”

Em entrevista exclusiva, o senador Humberto Costa, coordenador do GT das Eleições 2024 pelo Partido dos Trabalhadores, discute planos do partido para o pleito municipal deste ano, detalhando estratégias para as capitais e cidades em que o partido já possui prefeituras e cadeiras no legislativo municipal. Em clima de renovação, o PT busca consolidar-se como alternativa sólida apresentando o jeito petista de governar como solução para as cidades. Costa destaca prioridades, estratégias e desafios para o futuro político do país.

Fernanda Otero

**H**umberto Costa, senador pelo estado de Pernambuco e Coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para as eleições 2024, explicou à Revista Focus como o PT se prepara para as eleições deste ano.

Sob sua coordenação, o partido vai colocar em prática as recomendações da Resolução do Diretório de 8 de dezembro.

“É nossa tarefa participar ativamente das eleições municipais de 2024, fazendo o embate contra a extrema-direita, para reeleger e aumentar as prefeituras em que estamos hoje, além de

ampliar expressivamente nossa base de vereadores e vereadoras, incentivando a participação de mulheres, negros, jovens e LGBTQI+. É a partir da disputa nos municípios e da organização popular que poderemos contribuir, no próximo ano, para organizar e consolidar a base popular necessária para mudar a correla-



ção de forças políticas e mudar o Brasil”, finaliza o documento.

“O PT vem com força para a disputa”, avisou o senador. Uma força potencializada na bem sucedida Conferência Eleitoral Marco Aurélio Garcia, realizada com apoio da Fundação Perseu Abramo. Com a participação do Presidente Lula na abertura, candidatos e candidatas, ministros, governadores, parlamentares e lideranças partidárias acompanharam com entusiasmo as disputadas salas de debate. Foram mais de 6.500 participantes nos dois dias de evento, o que deixou clara a disposição da valente militância petista de ajudar o partido a vencer e ampliar sua presença nos executivos municipais.

O campineiro de nascença Humberto Costa mudou-se com a família para Pernambuco aos seis anos de idade. Médico e jornalista de formação, possui pós-graduação em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica e Psiquiatria e Ciência Política. Foi vereador, deputado estadual e deputado federal, secretário municipal de Saúde do Recife e se-

cretário de Estado das Cidades

**NÃO ESTÁ PROIBIDO  
TER PRÉVIA; PODE  
ACONTECER.  
NO ENTANTO,  
NA MEDIDA EM  
QUE HÁ UMA  
MANIFESTAÇÃO  
QUASE UNÂNIME,  
NÃO HÁ POR QUE SE  
FAZER UMA PRÉVIA**

em Pernambuco.

Participou da primeira gestão do governo Lula, quando criou os programas SAMU, Brasil Sorridente e Farmácia Popular. Foi o primeiro senador do PT em Pernambuco eleito em 2010 e era

líder da bancada do partido no Senado quando a presidenta Dilma sofreu o golpe em 2016. Foi reeleito em 2018 para um novo mandato que vai até 2027.

**- Focus: Como o senhor avalia a Conferência Eleitoral Marco Aurélio Garcia?**

- Senador Humberto Costa: A conferência foi um grande sucesso. E o seu grande objetivo era exatamente fazer uma forte mobilização do partido em todo o país. Nós tivemos uma participação muito grande. Ao mesmo tempo, o evento foi rico em debates sobre a conjuntura nacional, sobre políticas públicas específicas do governo federal, mas também sobre campanha eleitoral, inclusive com suporte aos eventuais candidatos. Eu acredito que foi muito positivo para a militância, para que os nossos companheiros e companheiras sentissem que o partido vem com força para a disputa do ano que vem.

**- Qual o calendário de atividades do Grupo de Trabalho**

## Eleitoral?

- O Grupo de Trabalho é formado por integrantes da própria Direção Nacional, da Executiva Nacional do PT. Estabelecemos como primeira tarefa um diagnóstico da situação do partido em relação às eleições municipais. Priorizamos o acompanhamento por parte do GTE dos municípios com mais de 100 mil habitantes e 100 mil eleitores. Iniciamos o trabalho fazendo um levantamento na situação das capitais e dos municípios onde têm segundo turno, portanto, aqueles que têm mais de 200 mil eleitores. No segundo momento, começamos as conversas com os partidos historicamente mais próximos do PT. Conversamos com a Federação, dialogamos com o PDT, PCdoB, PSOL. Ainda faremos uma conversa com a Rede.

Nessas conversas, começamos a identificar quais são os lugares onde há uma interseção de interesses do PT com os demais partidos. Prosseguimos com uma análise dos municípios onde há, digamos assim, divergências de encaminhamento quanto a nomes ou estratégia política. Nosso próximo passo é estabelecer as prioridades do PT. Naturalmente as prioridades são os municípios que já administramos, onde tentaremos a reeleição do prefeito ou da prefeita. Depois, os municípios que já administramos, nos quais vamos apresentar um sucessor de dentro do próprio partido.

Posteriormente, vamos definir as capitais, que são muito importantes devido ao seu peso político. Aquelas onde o PT tem mais chances serão consideradas as prioritárias.

Depois, atuaremos nos municípios com mais de 200 mil eleitores. E, no caso dos diretórios estaduais, que vão lidar diretamente com os municípios me-

nores de 100 mil eleitores, nós receberemos a demanda, e a leitura deles sobre o que é prioritário, para assim traçarmos nossas diretrizes para a campanha eleitoral.

**- Sobre essa questão, o senhor explicou que o GT está focado nos grandes municípios. Tivemos duas situações recentes no estado de São Paulo com relação à realização de prévias que receberam críticas da militância. Gostaria que o senhor comentasse como o GT está trabalhando**

**O CENTRÃO NÃO É SOMENTE MAIS UM AGRUPAMENTO FISIOLÓGICO. ELE TEM VÍNCULOS FORTES COM O SETOR FINANCEIRO, COM O AGRONEGÓCIO.**

**do essas questões e como fica a comunicação com a militância do partido.**

- Veja, na verdade, essas decisões políticas são decisões da executiva nacional ou do Diretório Nacional. O GT é basicamente um órgão executor, organizador, estruturador. O Diretório Nacional decidiu que nós iríamos evitar o máximo possível a

realização de prévias. As prévias são positivas na medida em que elas mobilizam a militância, dão uma vida ao processo, mas, por outro lado, elas podem se transformar em fonte de muita disputa, às vezes de divergências muito profundas, às vezes comprometendo até mesmo o próprio processo eleitoral. Então, foi estabelecida uma regra para que, em havendo consenso, a candidatura ou a estratégia já esteja definida. Não havendo consenso, se houver alguma disputa, os dois terços do diretório municipal podem tomar uma posição, mas cabe recurso tanto à direção estadual quanto à direção municipal. Então, todos sabiam desse encaminhamento, isso tem acontecido sem problema em alguns lugares, mas, em outros, onde há uma disputa maior, realmente gerou algumas dificuldades. Mas acredito que nós vamos conseguir construir esses caminhos sem a necessidade da prévia. Não está proibido ter prévia; pode acontecer. No entanto, na medida em que há uma manifestação quase unânime, não há por que se fazer uma prévia, pois dificilmente os resultados serão diferentes daquilo que o Diretório Municipal decidiu, em larga maioria.

**- O presidente Lula sancionou a destinação de recursos para o fundo partidário, a previsão é que o PT receba R\$863 milhões. Tem alguma prioridade? Como será tratada, por exemplo, a questão das mulheres na formação das candidaturas?**

- Nós entendemos que algumas situações já estão previamente definidas, pela própria legislação ou por resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Primeiramente, a cota das mulheres será religiosamente cumprida pelo PT. Da mesma forma cumprimos tudo que se refere ao fi-

nanciamento de candidaturas de pessoas negras. O PT também estabelece algumas pré-cotas, por exemplo, para jovens, para a população LGBTQIA + e tudo isso será cumprido. Agora, eu entendo que nós vamos precisar discutir um pouco mais, pois nas eleições passadas, nas eleições anteriores, tivemos muitos casos de candidatos que têm força, que têm a habilidade de conquistar um mandato, de contribuir para uma chapa forte do PT, e que, pela condição de não ser de um ou outro segmento, gerou uma certa limitação.

Acredito que é nosso papel abrir esse debate, porque é importante ampliar essa participação, e é muito importante para o partido eleger mais pessoas, conseguir ter mais parlamentares. Vou levantar essa questão para que nós possamos ter um equilíbrio, porque temos conhecimento de casos onde candidatos receberam financiamento, mas não reuniam base político-eleitoral que pudesse lhe garantir a presença. Claro que temos que manter essas cotas, mas temos que fazer uma seleção mais eficaz, no sentido de quais são os nomes mais viáveis.

**- Qual a sua expectativa de trabalho no Senado para esse ano de 2024?**

- Olha, acho que os nossos problemas, de certa forma, vão continuar, a não ser que nós, primeiro, consigamos uma musculatura maior para o nosso governo, um governo forte, que consiga estabelecer uma relação mais equitativa com o Congresso Nacional.

Hoje isso não acontece, esse é um dos grandes problemas que o nosso governo tem, nós não temos a maioria no Congresso Nacional. Se o governo adquirir uma musculatura maior, se a sua popularidade e força junto à po-

pulação crescerem, naturalmente o governo terá força política para negociar melhor as questões.

Este ano, temos aproximadamente R\$ 63 bilhões para emendas parlamentares. O presidente Lula vetou uma parte, mas nada indica que o Congresso Nacional não vá derrubar esse veto apresentado pelo presidente da República. Então, a primeira coisa é essa, nós temos musculatura.

A segunda coisa é que, este ano, nós temos pautas serís-

**NÃO HÁ COMO  
FUGIR DE TRAVAR  
UM DEBATE COM  
ESSA EXTREMA-  
DIREITA, COM O  
BOLSONARISMO.  
NÓS QUEREMOS,  
SIM, DAR UM VIÉS  
NACIONAL A ESSA  
DISPUTA.**

simas, pautas estruturais. Por exemplo, a segunda etapa da reforma tributária, que é a mais complexa, que vai mexer com temas como a renda, o patrimônio... Outra questão importante, além dessa busca por uma musculatura maior por parte do governo, é nós estabelecermos que alguns temas, são estruturais, são importantes para a sociedade brasileira, e se a sociedade não se mobilizar, dificilmente nós vamos conseguir aprová-los.

Eu me refiro especialmente à

segunda etapa da reforma tributária, que vai mexer com a renda, o patrimônio, e isso vai gerar resistências gigantescas da parte das elites econômicas do nosso país. E é uma coisa estrutural necessária, porque todos os estudos, pesquisas, trabalhos que vêm sendo feitos, tanto no Brasil como fora do país, demonstram um agravamento da desigualdade entre a minoria mais rica e a população mais pobre.

Se o Brasil quer se desenvolver, quer se tornar um país efetivamente marcado por valores civilizatórios elevados, nós temos que enfrentar esse problema da desigualdade. E uma das formas é encarar essa questão do imposto de renda. Como o presidente Lula dizia, nosso governo quer colocar os pobres em orçamento e os ricos no imposto de renda. E essa vai ser uma luta difícil, pesada. E eu acredito que ela só terá sucesso se a sociedade se mobilizar. Nós temos aí movimentos sociais, movimento sindical, movimento de trabalhadores sem terra, movimentos de categorias profissionais, movimentos de associações de moradores e a população, em geral, que precisam ir para a rua para cobrar que o Congresso Nacional corrija essas distorções gigantescas.

No Brasil, não se paga imposto de renda por recebimento de juros e dividendos. Existem outras distorções muito grandes. E eu acredito que esses pontos são pontos importantes para o governo. Por outro lado, eu acho também que a extrema-direita, o centrão, vão tentar avançar com as suas pautas. Antigamente, quando a gente falava de base de apoio do governo, era a busca de um número de parlamentares para aprovar as propostas de interesse do governo. Hoje é necessário ter gente para aprovar essas propostas, mas é necessário ter força para impedir





que o centrão e a extrema-direita aprovem as suas pautas. O centrão não é somente mais um agrupamento fisiológico. Ele tem vínculos fortes com o setor financeiro, com o agronegócio. Então, tem uma pauta que querem impor ao governo, muitas vezes sem qualquer vinculação com o programa de governo aprovado pela população quando elegeu o presidente Lula.

**- Quais os temas macro que serão tratados pelo GT?**

- Bem, nós queremos, obviamente, dentro de uma linha que o próprio presidente Lula defendeu, dar um caráter nacional a essa disputa. Essa polarização ou essa calcificação, como dizem alguns cientistas políticos, está aí e acho que vai demorar.

Então, não há como fugir de travar um debate com essa extrema-direita, com o bolsonarismo. Nós queremos, sim, dar um viés nacional a essa disputa. Ao mesmo tempo, o PT tem uma tradição de governar municípios,

estados, que nós resumimos anteriormente no modo petista de governar, e que nós vamos tentar resgatar de maneira combinada com as políticas públicas nacionais. Deveremos ter discussões para tratar de um programa de governo geral para todos esses municípios.

Vamos trabalhar com o objetivo de ampliar o número de prefeituras que nós administramos, além de ampliar o número de vereadores do partido hoje. Queremos que o resultado da eleição represente uma vitória das forças que sustentam o governo. Neste sentido, vamos tentar construir alianças onde o PT não tenha a força necessária para fazer a disputa.

Mobilizamos o presidente Lula para participar da campanha naqueles lugares que nós vamos considerar as prioridades das prioridades. E acredito que, com isso, nós podemos ter um bom resultado. Nosso objetivo imediato, retomados os trabalhos do partido, é começar a resolver

os problemas. Onde nós temos problemas, vamos procurar nos debruçar e estimular os outros municípios para que até meados de março, nós tenhamos já uma definição de candidaturas, de alianças, enfim.

**- Gostaria de fazer considerações finais?**

- Eu quero primeiramente agradecer a possibilidade de participar do Focus. Entendo que é muito importante nós utilizarmos a imprensa partidária para colocarmos os nossos militantes e a sociedade também à par do que nós pretendemos fazer. E eu termino dizendo que sou otimista em relação a essa eleição. Acredito que o PT pode ter um bom desempenho e esse bom desempenho pode se materializar na eleição de mais prefeitos, mais vereadores e, em muitos casos, na projeção de novos quadros políticos que vão, sem dúvida, materializar o futuro do nosso partido.



O colapso da barragem de Fundão em 2015 no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, matou 19 pessoas. Nenhum dirigente das mineradoras foi preso

# MARIANA: JUSTIÇA CONDENA MINERADORAS A PAGAREM R\$ 47,6 BI EM INDENIZAÇÕES POR DESASTRE

Decisão se refere a ações civis públicas que pedem reparação dos danos ambientais e socioeconômicos ocorridos em Minas Gerais

**M**ais de oito anos após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, pertencente a Vale, BHP e Samarco, a Justiça Federal condenou as mineradoras a pagarem indenização de R\$ 47,6

bilhões, valor que deve ser corrigido com juros de mora desde a data do rompimento, em novembro de 2015.

A decisão desta quinta-feira, 25, foi proferida por Vinícius Cobucci, juiz federal substituto da 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Belo Ho-

rizonte, e se refere a ações civis públicas que pedem reparação dos danos ambientais e socioeconômicos. Ele considerou que "trata-se de fato incontroverso" que houve dano moral coletivo.

O montante estipulado, segundo cálculos divulgados pelo jornal O Globo, pode chegar a

R\$ 98 bilhões e será destinado a um fundo administrado pelo governo federal e deve ser aplicado exclusivamente nas áreas impactadas pela catástrofe.

“Vitória dos atingidos. O juiz Vinicius Cobucci determinou que a Vale, Samarco e BHP paguem R\$ 47,6 bilhões por danos morais coletivos em razão da violação dos direitos humanos das comunidades, pelo crime de Mariana”, postou o deputado federal Rogério Correia em seu perfil no X.

### **“Empresas precisam parar de enrolar”, diz deputado**

Em entrevista ao site do PT, o deputado classificou a decisão do juiz como exemplar e afirmou que ela vem num momento importante em que se discute a repectuação .

Rogério Correia, que integra a Comissão da Câmara Federal sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repectuação, informou que foi apresentado um requerimento com sugestões para que “as empresas parem de enrolar” e comecem a cumprir o que já deveriam ter cumprido há muito tempo.

“As empresas precisam saber que as coisas vão andar no Poder Judiciário”, alertou, ao informar que a comissão solicitou ao Ministério de Minas e Energia e também ao presidente Lula que o direito de minerar seja impedido caso as empresas realmente não cumpram as reparações determinadas.

Aos governos dos estados a Comissão pediu a suspensão de novos licenciamentos. “Infelizmente nos quatro anos de governo Bolsonaro e Zema eles passaram a mão na cabeça das empresas. Precisamos ter uma nova relação com essas empresas e a decisão do Dr Vinicius é o início de novo procedimento com essas empresas”, salientou.

Em entrevista ao site Brasil de

Fato, um dos coordenadores do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Thiago Alves, afirmou que a decisão foi uma “vitória do povo”, “apesar do atraso, da demora da Justiça brasileira em tomar providências.

Vale foi condenada ontem numa ação de R\$ 43 bi pelo crime de Mariana. Qualquer empresa teria queda de ações na Bolsa depois de uma decisão como esta. Mas o que sai na mídia especializada” é que a culpa é das notícias sobre a possível indicação do ex-ministro Guido Mantega para a...

– Gleisi Hoffmann (@gleisi) January 26, 2024

### **Quase um milhão de atingidos**

O colapso da barragem de Fundão em 2015 no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, matou 19 pessoas, impactou severamente os modos de vida das comunidades atingidas e causou enormes prejuízos financeiros e devastação ambiental grave pela liberação de mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos em toda a bacia do Rio Doce até a foz no Espírito Santo. É como se 1,3 milhão de contêineres marítimos cheios de lama fossem despejados numa avalanche, citou a matéria do site Deutsche Welle.

Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, é possível que o número de pessoas atingidas ao longo da rota de lama chegue a 980 mil.

“Justiça por Mariana! Juiz federal Vinicius Cobucci decidiu que Vale, Samarco e BHP paguem R\$ 47,6 bilhões de reais pelo colapso da barragem em Bento Rodrigues em novembro de 2015, com 19 mortos e gravíssima devastação ambiental. Parabéns ao MAB pela luta”, postou no X a secretária nacional de

Finanças e Planejamento do PT, Gleide Andrade.

Juiz lembra Brumadinho

Na decisão, Vinicius Cobucci citou o que aconteceu em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019.

“A ausência de resposta jurídica adequada, no momento oportuno, possivelmente contribuiu para o rompimento da barragem em Brumadinho”.

Ainda na sentença, o juiz Vinicius Cobucci considerou que o impacto não se restringiu às pessoas que moravam nas regiões atingidas.

“Gerações futuras serão afetadas. As comunidades foram impactadas em sua moradia, trabalho e relações pessoais. Pessoas foram mortas em razão do rompimento. Houve a degradação ambiental, com destruição da flora e fauna, o que inclui o sofrimento de animais. Houve perda da qualidade de vida. O rompimento gerou efeitos no ecossistema, com interferências negativas em várias cadeias produtivas e processos ecológicos. Enfim, são vários os danos, os quais devem ser devidamente reparados”, diz um trecho da decisão divulgada pelo portal G1.

Ninguém foi preso

Nenhum dirigente das mineradoras foi preso pelo rompimento da barragem em Mariana. Na Inglaterra, a justiça marcou para agosto de 2024 o julgamento do processo contra a mineradora anglo-australiana BHP.

Provavelmente a maior ação coletiva da história na jurisdição inglesa, o processo é movido pelo escritório de advocacia inglês em nome de 700 mil atingidos.

O valor exigido das mineradoras chega a R\$ 230 bilhões em compensações a pessoas, empresas, municípios, autarquias e instituições que sofreram os impactos do colapso da barragem.



**LULA DISCURSA NA SALA SÃO PAULO:** "O conhecimento nas mãos de poucos provoca mais e mais desigualdade. E não se constrói um grande país com tanta desigualdade"

# NA USP, LULA CELEBRA UNIVERSIDADE MENOS ELITISTA E "COM A CARA DO BRASIL"

Presidente defendeu a democratização do ensino e ressaltou a importância do sistema de cotas ao participar do evento em homenagem aos 90 anos da maior universidade do país

**N**a USP, Lula celebra uni-versidade menos eli-tista e “com a cara do Brasil”

Presidente defen-deu a democratização do ensino e ressaltou a importância do sistema de cotas ao participar do evento em homenagem aos 90 anos da maior universidade do país

O presidente Lula participou, na noite de quarta-feira (25), na Universidade de São Paulo (USP), da solenidade que deu início às comemorações dos 90 anos da maior instituição de ensino superior do país. Ele reafirmou a defesa da democratização do conhecimento e disse que, graças à Lei de Cotas, a USP “vai ficando cada vez mais com a cara do Brasil”.

“Eu quero cumprimentar a USP por um motivo muito especial. A cada dia que passa, ela vai ficando cada vez mais com a cara do Brasil. Uma cara que é preta, uma cara branca, uma cara parda, uma cara indígena”, disse o presidente, acompanhado pela esposa, Janja Lula da Silva, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin e pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvano Almeida.

“Desde sua adesão ao sistema de cotas, a USP está mostrando que para fazer parte do chamado ‘berço do conhecimento’ não é preciso nascer em berço de ouro”, prosseguiu Lula, afirmando que “não é mais a USP pensada para que São Paulo oferecesse ao Brasil a inteligência para governar esse país, mas é a cara do povo brasileiro da periferia, que, durante muitas décadas, nem sonhava em chegar na USP, e hoje é praticamente mais da metade da USP e isso é um prazer extraordinário”.

Lula disse ainda que, “embora não tenha tido a oportunidade



de estudar na USP, eu fui muito ajudado a construir tudo que nós temos nesse país por muitas mulheres e muitos homens da USP, por isso, obrigado à USP”.

O presidente ressaltou que o conhecimento é uma das mais poderosas ferramentas à disposição dos seres humanos, um motor da evolução da humanidade. “Mas o conhecimento nas mãos de poucos, em benefício de poucos, provoca mais e mais desigualdade. E não se constrói um grande país com tanta desigualdade. Foi por isso que investimos cada vez mais na educação, da creche à pós-graduação”, pontuou.

Nesse sentido, o presidente citou exemplos como a Lei de Cotas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Lula disse que, quando se elegeu presidente pela primeira vez, em 2002, encontrou o país com 3,5 milhões de estudantes universitários e que, após seus dois primeiros mandatos, esse número cresceu para 8 milhões. “Demos aos filhos dos trabalhadores a oportunidade de se tornar doutores. Porque é assim que se constrói um país mais desenvolvido e mais justo”, enfatizou.

## Reconhecimento

A Orquestra Sinfônica da USP (Osusp) fez o concerto que marcou o início das comemorações do aniversário da universidade, que oferece 183 cursos de graduação, dedicados a todas as áreas do conhecimento. Esses cursos estão distribuídos em 42 unidades de ensino e pesquisa, para mais de 58 mil alunos.

Além da graduação, a USP tem um trabalho intenso também na pós-graduação, oferecendo 239 programas de mestrado, de doutorado, de especialização, atendendo cerca de 30 mil estudantes.

O reitor Carlos Gilberto Carlotti Júnior destacou que, em 2023, a USP ficou em 85º lugar entre as melhores universidades do mundo e na 1ª posição na América Latina e Caribe. “Foi a primeira vez na história que o Brasil teve uma universidade entre as cem melhores do mundo”, sublinhou.

Houve também a abertura de uma exposição, com participação de ex-reitores, e a entrega da Medalha Armando de Salles Oliveira para entidades e pessoas com atuação de grande relevância na parceria com a USP ao longo dos anos. Instituída em



2008, a medalha é uma homenagem da universidade àqueles que contribuem para a sua valorização e desenvolvimento.

Entre os agraciados estavam Lula; a ministra da Saúde, Nísia Trindade; o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida; e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

### **Resistência democrática**

Ainda durante a cerimônia, Lula observou que, em 25 de janeiro, não se comemora apenas o aniversário da USP. “Eu queria dizer para vocês que, além da data extraordinária, dia 25 de janeiro, que a gente comemora o aniversário de 90 anos da USP, eu queria dizer que hoje se comemora também outra data importante: o primeiro grande comício das Diretas que reconquistou a democracia”, disse o presidente.

E a USP também teve um papel fundamental na luta contra a ditadura militar (1964-1985), através do movimento estudantil, cuja atuação ficou marcada principalmente por dois episódios nos anos 1960.

Um deles foi a invasão do Conjunto Residencial da USP

(Crusp) em 1967 pela polícia e, em 1968, pelas Forças Armadas – o local havia sido ocupado por estudantes desde 1964 e exercia importante papel na organização dos estudantes da universidade.

Outro capítulo importante foi a Batalha da Maria Antonia, em 1968, um confronto entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que representavam o movimento de resistência à ditadura, e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, alinhados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A batalha marcou a escalada de tensão que culminou no Ato Institucional Número 5 (AI-5).

Ao todo, 33 estudantes da USP foram mortos pelos agentes da ditadura. Em 1973, o assassinato do aluno Alexandre Vannucchi desencadeou eventos históricos na universidade, como o show de Gilberto Gil na Escola Politécnica, em 1973, em que ele cantou Cálice pela primeira vez, canção proibida pela censura. Naquele momento, 25 estudantes da USP estavam presos.

Três anos depois, os estudantes reergueram a entidade que até os dias de hoje é a principal instituição política estudantil da USP. O DCE Livre Alexandre Vannucchi Leme nasceu em 1976,

após anos de perseguição intensa às manifestações dos alunos.

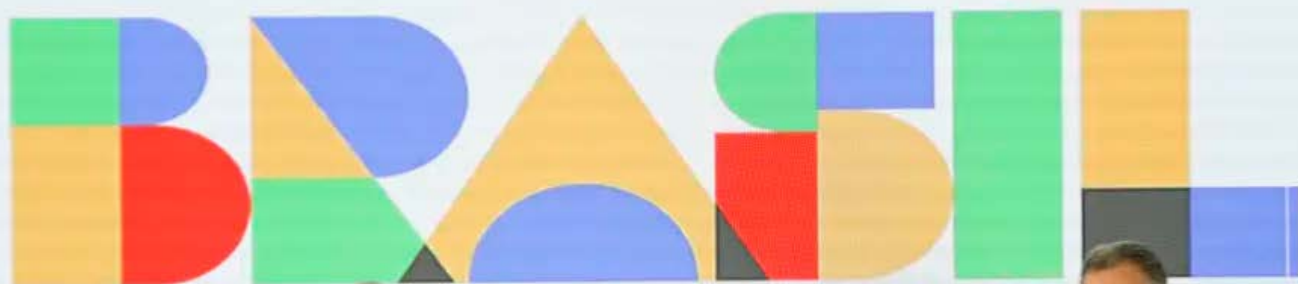
### **Vitória sobre o obscurantismo recente**

Lula, ao final do discurso, lembrou de outro momento de obscurantismo enfrentado pelo Brasil: os quatro anos do governo fascista de Jair Bolsonaro.

“Os últimos anos foram de ataques às universidades, à produção científica e à educação como um todo. Tempo de anticiência, de obscurantismo. Felizmente, esse tempo ficou para trás. O Brasil reúne hoje as vocações naturais, o conhecimento científico, a infraestrutura energética e a experiência produtiva para ser a grande potência sustentável do século 21, e liderar o combate à mudança do clima”, afirmou.

“Os negacionistas de sempre dirão que isso não passa de um sonho. Mas para mim o sonho é apenas a realidade que ainda não aconteceu – e que vai acontecer, a depender dos nossos esforços enquanto nação. É uma alegria extraordinária ter a USP como parceira de sonhos, na construção de uma realidade melhor para todos os brasileiros de todas as cores, de todas as raças e de todas as etnias”, concluiu o presidente.

## INDUSTRIA



FORT TRANSFORMADOR



# GOVERNO LULA APRESENTA PLANOS PARA UM NOVO PARQUE INDUSTRIAL

O governo Lula 3 retoma a iniciativa de propor uma política industrial de longo prazo para o país. No último dia 22 de janeiro, o presidente e o vice Geraldo Alckmin, também titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), na companhia de outros ministros e ministras, anunciaram o Plano Nova Indústria, que prevê aporte inicial de R\$ 300 bilhões em sua primeira fase, prevista para acontecer até 2026, com o objetivo de alavancar e modernizar o setor, ampliando sua participação no PIB e nas exportações.

A maior parte desses inves-

timentos - R\$ 250 bilhões - virá do BNDES, segundo o presidente do banco estatal, Aloizio Mercadante. O restante, de fontes como a Finep (Financiadora de Estudos e Pesquisas) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). O projeto não se encerra em 2026, mas segue até 2033, com novos aportes de recursos, segundo previsão do governo.

Tanto Alckmin quanto Mercadante insistiram, durante entrevistas, que esses recursos não virão do Tesouro Nacional, portanto, não interferem na gestão do orçamento federal nem podem causar danos às metas previstas pelo recém-aprovado

Regime Fiscal Sustentável, o conhecido arcabouço fiscal.

Mesmo assim, parte da imprensa e analistas de mercado apontaram, nos dias seguintes, o risco de desequilíbrio nas contas públicas. A crítica desconhece que o próprio arcabouço restringe ao teto de investimentos a capitalização de bancos e fundos públicos por parte da União, mas, por outro lado, não impõe limites aos recursos dessas instituições, desde que próprios ou captados em outras fontes.

Outro ponto discretamente ignorado pela maioria do noticiário é que o Plano Nova Indústria foi debatido ao longo de meses com as principais representações

do setor produtivo brasileiro. Gestado no interior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), composto por 21 associações empresariais e as centrais sindicais de trabalhadores, o projeto recebeu contribuições diversas. Durante o anúncio oficial, essas associações estavam presentes.

O projeto também será monitorado, e seus resultados avaliados periodicamente, pelo CNDI e por um conjunto de 20 ministérios. Essa transversalidade pode garantir, segundo o governo, uma execução partilhada que leve em consideração prazos, normas e metas.

Entre as previsões – chamadas de “metas aspiracionais” pelo documento de apresentação –, o plano estabelece, por exemplo, prover mecanização de última tecnologia para 70% das propriedades de agricultura familiar, até 2033, frente aos atuais 18%. A agroindústria saltará dos atuais 18% do PIB agropecuário para 50% em 2033. Ou seja, haverá incremento de atividades que incorporam tecnologia de ponta à atividade agrícola.

Essas duas metas fazem parte das Cadeias Agroindustriais, o primeiro dos seis grandes grupos de atividade industrial em que o Plano Mais Indústria está estruturado. Os grupos receberam o nome de missões.

Na missão 2, referente ao complexo econômico e industrial da saúde, a meta é garantir que 70% de tudo que é consumido em vacinas, medicamentos e insumos no setor sejam desenvolvidos e produzidos no Brasil, contra os atuais 42%. Na missão 3, que envolve infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, o projeto quer alcançar uma redução: que o deslocamento entre casa e trabalho caia pelo menos 20% até 2033. Hoje, os brasileiros gastam, em média, 4,8 horas sema-

nais neste trajeto.

Nas demais missões, metas como essas pretendem traduzir numericamente resultados que devem vir de uma série de medidas que, ancoradas em normas técnicas e critérios de financiamento de projetos e obras, têm o objetivo maior de adensar as cadeias produtivas e dotá-las de maior complexidade tecnológica, ou maior valor agregado. Outro exemplo: na missão 4, que trata de digitalização e indústria 4.0, o objetivo expresso até 2033 é digitalizar 90% de todos os processos do parque industrial, frente aos atuais 23,5%.

Na missão 5, que trata de bioeconomia e transição energética, o objetivo maior é reduzir em 30% a emissão de CO2 na indústria até 2033, além de aumentar em 50% o uso de biocombustíveis no transporte, no mesmo período. Hoje, essa energia responde por apenas 21,4%. A missão 6, da indústria de defesa, quer obter 50% de autonomia na produção de artefatos e tecnologias no setor.

Para chegar lá, o plano adota princípios de incentivo à indústria brasileira que diminuam a dependência externa, portanto ampliem a capacidade exportadora de bens manufaturados. Um desses princípios é ampliar a parcela de compras públicas junto a fornecedores nacionais, em projetos como o PAC, por exemplo, e em mecanização da agricultura. Os percentuais obrigatórios dessas compras serão definidos pelo CNDI e por câmaras interministeriais, em cada área.

Outro princípio é a inovação tecnológica, na base de pesquisa e desenvolvimento de produtos cada vez mais sustentáveis do ponto de vista ambiental. As análises de crédito para projetos serão subordinadas a esses objetivos, entre outros.

## NÃO HÁ RISCO DE DESCONTROLE FISCAL, DIZ MINISTRO

Geraldo Alckmin reforçou que o plano de modernização e expansão da indústria não romperá metas fiscais nem onerará o Tesouro. O BNDES não tomará empréstimos da União para o Plano Nova Indústria. O empréstimo anterior do BNDES ao Tesouro Nacional, de R\$ 440 bi em 2014, já foi pago. O BNDES nega que o dinheiro tenha financiado países, afirmando que apenas financiou projetos nacionais em gestões petistas anteriores. Alckmin assegurou que o plano não apresenta problemas fiscais e o governo não injetará dinheiro no BNDES. Empréstimos com taxas de juros de longo prazo não serão feitos, evitando um estouro da meta fiscal. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que não há previsão de subsídios do Tesouro e que estão buscando recursos internacionais, parcerias com o setor privado e captação de recursos no mercado para a indústria brasileira. Os governos petistas anteriores implementaram projetos de política industrial em 2004 e 2011, resultando no aumento da participação do Brasil nas exportações mundiais e na liderança como exportador mundial de carne de origem animal.



# CENTRAIS SINDICAIS DIVULGAM NOTA EM APOIO À POLÍTICA INDUSTRIAL DO GOVERNO LULA

## Entidades ressaltam que a política é essencial para o Brasil e marca momento decisivo no país contra a desindustrialização

**A** nova política industrial do Brasil, lançada nesta segunda-feira (25) pelo presidente Lula, traz para o país R\$ 300 bilhões de financiamento até 2026 e inúmeras metas para impulsionar o desenvolvimento brasileiro até 2033.

Representantes das centrais sindicais do Brasil divulgaram uma nota oficial afirmando que a nova política é essencial e marca um momento decisivo do país na luta contra a desindustrialização.

### Confira a íntegra da nota abaixo:

A nova política industrial é essencial para o Brasil e está em sintonia com as melhores práticas internacionais

O lançamento da política Nova Indústria Brasil (NIB) pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Vice Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, marca um momento decisivo no esforço de reverter a marcha da desindustrialização do país e aponta na direção de uma indústria mais inovadora, digital, verde, exportadora e produtiva. A iniciativa está em sintonia com as melhores práticas adotadas pelos países que investem no desenvolvimento produtivo com inovação e geração de empregos de qualidade.

Trata-se de uma política in-



dustrial moderna, orientada por missões de amplo alcance que buscam atender as expectativas de integração produtiva em todos os setores e tamanho de empresa, gerar empregos e o bem-estar das pessoas, mobilizando atores e recursos públicos e privados, indicando aporte de R\$ 300 bilhões de investimento para os próximos quatro anos.

O papel indutor, articulador e coordenador dessa política pelo Estado, o financiamento pelos bancos públicos, em especial pelo BNDES, é essencial para alavancar o investimento produtivo e engajar o investimento privado na nova revolução industrial e tecnológica em curso.

As Centrais Sindicais consideram a Nova Indústria Brasil (NIB), uma das prioridades indicadas na Pauta da Classe Trabalhadora lançada em 2022, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, uma chave essencial e estratégica para o desenvolvi-

mento sustentável do Brasil dos pontos de vista social, econômico e ambiental. A reindustrialização do país é fundamental para o crescimento econômico, a geração de emprego e o enfrentamento das desigualdades. Um país industrializado é um país com soberania, com desenvolvimento e com mais e melhores oportunidades para os trabalhadores e trabalhadoras.

São Paulo, 24 de janeiro de 2024

Sérgio Nobre  
Presidente da Central Única dos  
Trabalhadores  
Miguel Torres  
Presidente da Força Sindical  
Ricardo Patah  
Presidente da União Geral dos  
Trabalhadores  
Adilson Araújo  
Presidente da Central dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras do Brasil  
Moacyr Roberto Tesch Auersvald  
Presidente da Nova Central Sindical de  
Trabalhadores  
Antonio Fernandes dos Santos Neto  
Presidente da Central dos Sindicatos  
Brasileiros

# IPCA-15 EM JANEIRO APONTA QUEDA EM COMPARAÇÃO A DEZEMBRO DE 2023

Índice medido pelo IBGE foi 0,09% a menos, e nos últimos 12 meses, a variação do IPCA-15 foi de 4,47%, abaixo dos 4,72% observados nos 12 meses imediatamente anteriores

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (26) o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) que em janeiro foi de 0,31% e ficou 0,09 ponto percentual abaixo da taxa de 0,40% em dezembro.

Nos últimos 12 meses, a variação do IPCA-15 foi de 4,47%, abaixo dos 4,72% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2023, o IPCA-15 foi de 0,55%.

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 15 de dezembro a 14 de janeiro (referência) e comparados com aqueles vigentes de 14 de novembro a 14 de dezembro (base). O indicador refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários-mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e do município de Goiânia. A metodologia utilizada é a mesma do IPCA, a diferença está no período de coleta dos preços e na abrangência geográfica.

Segundo o IPCA-15, alguns dos grupos pesquisados apresentaram queda nos percentuais, como o grupo Transportes que caiu 1,13% em janeiro e contribuiu com -0,24 p.p. As demais variações ficaram entre a queda de



Reprodução

0,03% de Comunicação e a alta 0,56% de Despesas Pessoais. Ainda no grupo Transportes houve queda na passagem aérea, subitem com maior impacto individual no índice do mês (-15,24% e -0,16 p.p.).

Também a alimentação fora do domicílio (0,24%) desacelerou em relação a dezembro (0,53%). Tanto a refeição (0,32%) quanto o lanche (0,16%) tiveram variações inferiores às do mês anterior (0,46% e 0,50%, respectivamente).

Em relação aos combustíveis (-0,63%), houve recuo nos preços do etanol (-2,23%), do óleo diesel (-1,72%) e da gasolina (-0,43%), enquanto o gás veicular (2,34%) registrou alta. O subitem táxi apresentou alta de 0,69% devido aos reajustes, a partir de 1º de janeiro, de 4,21% no Rio de Janeiro (1,97%) e de 4,61% em Salvador (2,18%).

Ainda em Transportes, a varia-

ção do ônibus urbano (-3,81%) foi influenciada pelo reajuste médio de 16,67% em Belo Horizonte (9,33%), a partir de 29 de dezembro; e em São Paulo (-21,88%), pela aplicação de gratuidade nas tarifas aos domingos e em algumas datas comemorativas, a partir de 17 de dezembro. Ainda em São Paulo, houve reajuste de 13,64% nas tarifas de trem (6,36%) e metrô (6,36%) a partir de 1º de janeiro. Por conta dos reajustes mencionados, a integração transporte público caiu 11,56% em nessa área.

Quanto aos índices regionais, dez áreas tiveram alta em janeiro. A maior variação foi registrada em Belo Horizonte (0,88%), por conta das altas em ônibus urbano (9,33%) e na batata-inglesa (34,30%). Já o menor resultado ocorreu em Brasília (-0,41%), que apresentou queda nos preços da passagem aérea (-21,31%) e na gasolina (-3,72%).



# PRODUÇÃO DE NAVIOS É ESTRATÉGICA PARA O BRASIL, AFIRMA ALOIZIO MERCADANTE

Presidente do banco disse, durante o lançamento da iniciativa BNDES Azul, na quarta (24), no Rio, que meta é elevar investimentos em pelo menos R\$ 2 bilhões

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante, afirmou nesta quarta-feira (24), durante o lançamento do programa BNDES Azul, no Rio de Janeiro, que o Brasil precisa retomar a produção de navios. Para isso, o banco de fomento público deve ampliar investimento e meta é elevar recursos para pelo menos R\$ 2 bilhões neste ano.

A retomada do segmento faz parte das prioridades da Missão 6 da Nova Indústria Brasil (NIB), lançada pelo presidente Lula nesta segunda-feira (22). Para o economista, "como um país que é 1 dos 3 do mundo que constroem e certificam avião não vai fazer, não pode fazer ou não deve fazer navio?".

Mercadante apresentou o retrospecto de recursos aplicado pelo BNDES nos anos anteriores no setor. "Em 2022, o BNDES liberou R\$

600 milhões para a construção naval. Em 2023, fizemos R\$ 1 bilhão. Foi um crescimento importante", declarou. "Agora precisamos de bons projetos. O BNDES reage às iniciativas."

"O Brasil pode sair na frente, ocupar a liderança. Temos de voltar a produzir navio, mas o navio do futuro. É isso que vai ser exigido nos próximos anos", afirmou. "Temos tecnologia e também erros cometidos para aprender e corrigir."



## Importância estratégica para a soberania do país

A defesa de investimento para o setor se dá em função da importância estratégica e da soberania marítima para o Brasil. Além disso, construir navios e desenvolver essa indústria representam geração de empregos nacionais, desenvolvimento econômico, melhoria da infraestrutura portuária, melhores condições para a exploração de recursos naturais a partir da chamada economia azul (conjunto de atividades associado aos mares), autossuficiência tecnológica, fomento à inovação e diversificação da economia.

A Petrobras é responsável por mais de 70% das cargas transportadas por meio de navegação mercante no país. Os grandes navios-tanques que a maior empresa brasileira utiliza atualmente são contratados do exterior.

Com seu tamanho e presença de mercado, o plano de investimento estratégico da Petrobras, ao priorizar a construção e operação de navios sob a bandeira nacional, promoverá o crescimento e desenvolvimento do setor.

O aumento de recursos anun-

ciados por Mercadante pode viabilizar uma das promessas de campanha do presidente Lula e orientações de seu terceiro mandato de retomada da indústria naval brasileira. A Transpetro já apresentou um plano para a construção de 25 navios (TP25).

A volta dos investimentos nesse setor atendem também à Organização Marítima Internacional (IMO), que determinou que até 2030 40% da frota marítima mundial tem de ter combustível renovável. "Isso significa que temos uma grande oportunidade, porque os navios vão ter de fazer reformas para substituir petróleo por energia renovável e, ao mesmo tempo, construir novas embarcações", disse Mercadante.

## BNDES Azul

As declarações de Mercadante foram dadas durante o lançamento, nesta quarta-feira (24), do programa BNDES Azul, ocorrido em um navio de pesquisa da Marinha do Brasil, atracado próximo ao Museu do Amanhã, no centro do Rio de Janeiro.

O Brasil possui uma área oceânica de cerca de 5,7 milhões de

quilômetros quadrados essencial para a economia e do País e que precisa ser desenvolvida. Por isso, o pacote de investimento BNDES Azul é fundamental.

Com cerca de R\$ 22 bilhões em carteira para projetos, ele vai fomentar o crescimento do Brasil a partir do mar, com a chamada economia azul, atuando em quatro frentes para descarbonização da frota naval.

Durante a cerimônia, Mercadante assinou o contrato do Planejamento Espacial Marinho (PEM) da costa brasileira, com investimento de R\$ 7 milhões, que prevê a elaboração de estudo técnico e implantação do projeto-piloto de planejamento espacial marinho da região Sul do Brasil. Na ocasião, também foi lançado o edital do PEM para a região Sudeste e feito o anúncio de ações referentes à infraestrutura e indústria naval.

As outras três frentes são incentivos à inovação e descarbonização da frota naval, estímulo à infraestrutura portuária e apoio a projetos de recursos hídricos via Fundo Clima.



# **PRESIDENTE SANCIONA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024, QUE PREVÊ EQUILÍBRIO FISCAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Ao incorporar o PPA e as prioridades definidas pela sociedade, o orçamento cumpre a promessa de colocar a população mais vulnerável no orçamento da União

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos, nesta segunda-feira, 22 de janeiro, a Lei Orçamentária Anual de 2024. Esse é primeiro orçamento que reflete as demandas definidas pela população no Plano Plurianual 2024-2027, sancionado no início deste mês, com as mesmas agendas prioritárias e transversais, entre elas a agenda ambiental, as pautas sociais e a igualdade de gênero. O ato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Para a ministra Simone Tebet, ao incorporar o PPA e as prioridades definidas pela sociedade, o orçamento cumpre a promessa de colocar a população mais vulnerável no orçamento da União. Apenas em saúde, educação e no Bolsa Família, o orçamento envolve políticas públicas que somam mais de R\$ 600 bilhões.

A LOA 2024 também está em linha com o Regime Fiscal Sustentável, que prevê uma trajetória consistente para o resultado fiscal, preservando a sustentabilidade da dívida pública, ao mesmo tempo em que prioriza a manutenção das políticas sociais e o investimento.

O salário-mínimo será de R\$ 1.412, um aumento real (acima da inflação) de mais de 3% em comparação com o valor que vigorou no ano passado. Estão previstos ainda R\$ 208 bilhões para a educação e R\$ 231 bilhões na saúde pública, incluindo o programa de agentes da família, vacinação e farmácia popular, entre outros. Para o Novo PAC, estão destinados R\$ 55,1 bilhões.

Durante a tramitação do PLOA 2024 no Congresso, dotações de despesas primárias inicialmente programadas pelo Poder Executivo sofreram redução. Parte desses recursos foram direcionados para as emendas de comissão, classificadas com RP 8, que atingiram o



montante de R\$ 16,6 bilhões. O governo reconhece a boa intenção dos parlamentares no sentido de direcionar recursos a áreas de legítimo interesse das comissões autoras das emendas, mas algumas políticas públicas poderiam ter suas programações comprometidas. Por isso, foi necessário, no momento da sanção, vetar R\$ 5,6 bilhões das dotações relativas às emendas RP 8.

Na cerimônia de sanção do orçamento de 2024, a ministra Simone Tebet disse que esse é um dos orçamentos mais democráticos que o Brasil já teve. "Ele é fruto do esforço e do trabalho coletivo de ouvir da população o Brasil que ela quer para os próximos quatro anos", explicou Tebet, em referência à construção do Plano Plurianual, que foi elaborado a partir da escuta da população em 27 plenárias regionais e da votação dos programas prioritários na plataforma Brasil Participativo.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em

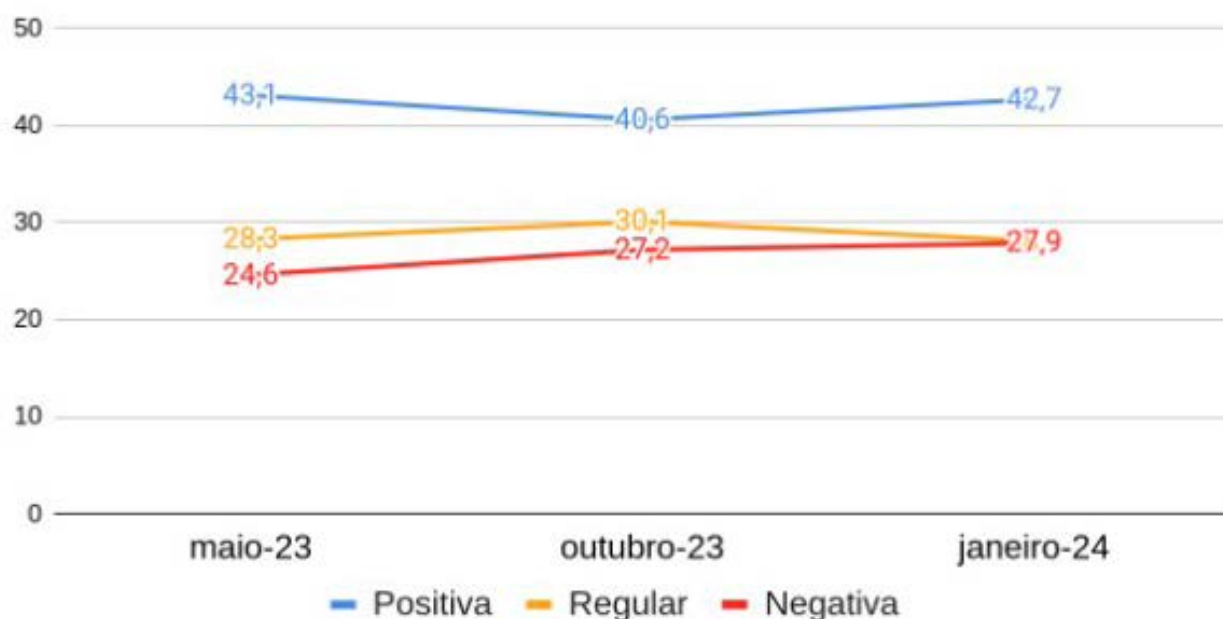
declaração na rede social X, destacou que o orçamento destinado à Saúde em 2024 apresenta o maior crescimento desde a criação do SUS, na ordem de 18%. Padilha ressaltou ainda o crescimento de investimentos em Educação (11%) e Ciência e Tecnologia (30%). "Com Lula é o povo no orçamento de 2024!", afirmou.

Além do presidente Lula e da ministra Tebet, participaram da cerimônia os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), além do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues; da presidente da Comissão Mista de Orçamento, a senadora Daniela Ribeiro; do relator-geral do projeto, deputado Luiz Carlos Motta; do vice-líder do governo no Congresso, deputado Carlos Zaratin; do deputado federal Aguinaldo Ribeiro e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.



# PRIMEIRA PESQUISA DO ANO INDICA ESTABILIDADE NA APROVAÇÃO DE LULA

Pesquisa CNT/MDA destaca estabilidade política em 2024, segundo NOPPE da Fundação Perseu Abramo. Resultados positivos revelam cenário promissor no início do ano.



## Matheus Tancredo Toledo

**O** levantamento mais recente do instituto MDA, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), inaugurou o ano de 2024 no mundo das pesquisas de opinião e de avaliação de governo. Os números trazidos pela CNT/MDA reforçam um aspecto destacado pelo NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo) em seu balanço publicado no final do ano passado na Revista Focus Brasil: há um quadro geral de relativa estabilidade.

De acordo com a pesquisa, em pergunta que permite aos entrevistados avaliar o governo em uma escala de 5 pontos que vai de ótimo a péssimo, o governo Lula tem a avaliação positiva (soma de ótimo e bom) de 42,7% dos brasileiros e das brasileiras, enquanto 28,1% o consideram regular e

27,9% o avaliam de forma negativa (soma de ruim e péssimo). Em comparação com seu antecessor, no primeiro mês de seu segundo ano de governo, Jair Bolsonaro (PL) tinha 35% de avaliação positiva, 32% regular e 31% de avaliação negativa. Quando perguntados sobre a própria avaliação do governo Lula, utilizando uma escala binária onde somente se pode aprovar ou reprovar o governo, o terceiro governo Lula chega a 55,2% de aprovação, contra 40% de reprovação.

Em comparação com o levantamento CNT/MDA anterior, de setembro de 2023, pouca oscilação: 2,1 pontos percentuais (p.p.) a mais na avaliação positiva, 2 p.p. a menos na regular e 0,7 p.p. a menos na negativa; Na aprovação, 0,2 p.p. a mais e 0,6 p.p. na reprovação.

### Série Histórica - Pesquisas CNT/MDA Governo Lula III

Segundo a pesquisa, 47,9% dos entrevistados percebem melho-

rias no governo Lula em relação ao governo Bolsonaro, enquanto 22% consideram que a situação continua semelhante e 28,6% que há piora. Por área, alguns números acendem um sinal amarelo: embora a maioria (42,5%) considere que houve melhora na economia, 31,6% consideram que houve piora e 24,2% não vê mudanças - números que, somados, alcançam 55,8%. Há mais brasileiros que consideram que houve piora na segurança pública (31,3%) do que os que veem melhora (29,1%) - 37,7% consideram que o segmento continua de forma semelhante. O único tema onde a somatória dos que viram melhora supera a sensação de estabilidade ou piora é 'benefícios para os mais pobres', com 52,2%, 23,8% e 21,7%, respectivamente. Do ponto de vista das expectativas, no entanto, 54% esperam que Lula fará, nos próximos três anos, um governo positivo, enquanto 24,3% esperam um governo ruim/péssimo, e 19,3% um governo regular.





# DESAFIOS DA PRÓXIMA DÉCADA

Temos um mundo onde a perda relativa de poder dos EUA é resultado do esgotamento do neoliberalismo e da globalização, da ascensão da China e da Índia como potências

José Dirceu

**É** impossível falar em desafios da esquerda e do Brasil sem levar em consideração que vivemos um momento geopolítico de hegemonia internacional da extrema direita e do pensamento conservador. Temos um mundo onde a perda relativa de poder dos EUA é resultado do esgotamento do neoliberalismo e da globalização, da ascensão da China e da Índia como potências mundiais, e do ressurgimento da Rússia de Vladimir Putin, tendo como potências regionais a Turquia e o Irã.

As consequências da globalização financeira e da desregula-

ção do capitalismo foram o desmonte dos Estados de Bem-Estar Social e o ressurgimento da extrema direita que hoje governa a Itália, a Holanda e a Suécia, é uma alternativa real na França, consolida-se na Polônia e na Hungria, pode retomar o governo dos EUA e, derrotada no Brasil, acaba de vencer as eleições na Argentina. Na própria Alemanha é uma ameaça real a hegemonia alterna do SPD e da direita social cristã.

As crises financeiras de 2008/9 e 2011/12, a pandemia da Covid-19 e a quebra das cadeias produtivas e das redes logísticas abriram uma janela de oportunidades para países como o Brasil, ao mesmo tempo em que a crise climática e ambiental agravou a necessidade de cada nação buscar sua segurança ambiental-energética,

alimentar e tecnológica. Políticas industriais e subsídios passaram a fazer parte da política econômica dos EUA e da Europa, ao lado de medidas protecionistas e de uma aberta guerra comercial e tecnológica contra a China, que cada vez mais ameaça a hegemonia militar, econômica e cultural norte-americana. No Brasil, os anos Temer e Bolsonaro foram de desmonte do Estado nacional e das políticas sociais e de distribuição de renda próprias da Constituição de 1988, dos governos do PT e do ciclo político desenvolvimentista, o que é per se uma contradição com os países desenvolvidos, onde a presença do Estado e de políticas industriais e sociais é cada vez maior – e mais ainda na Europa, que paga um alto preço pelo apoio massivo à Ucrânia por procuração

dos EUA. O PT – que venceu quatro eleições e só perdeu a quinta pela prisão ilegal de Lula – e seus aliados à esquerda voltaram ao governo com a vitória sobre Jair Bolsonaro, mas em condições de minoria na Câmara e no Senado, apesar de apoiados numa ampla frente democrática de partidos, entidades e personalidades. Esse retorno ao poder se dá com um desafio político histórico: como governar e retomar o fio da história do desenvolvimento brasileiro sem unidade nacional ou sem uma aliança entre a esquerda e setores empresariais (para além da aliança democrática que derrotou Bolsonaro)?

Explico. A esquerda, sozinha, não tem maioria para fazer reformas estruturais no país, sejam políticas institucionais ou econômicas, de distribuição de renda, riqueza e patrimônio. Também não consegue, sozinha, construir um projeto nacional de desenvolvimento que resolva os dois pontos de estrangulamento do crescimento do país – os juros e a concentração de renda, realimentados pela estrutura tributária baseada no consumo e na produção.

As principais riquezas brasileiras não pagam impostos ou pagam pouco. O agronegócio, a mineração e mesmo o petróleo e o gás – que poderiam constituir uma fonte para um fundo soberano nacional a fim de financiar o desenvolvimento do país – foram nos últimos anos privatizados e apropriados pelo rentismo via distribuição de dividendos e venda de ativos.

O poder das bancadas conservadoras e de direita, dos bancos e dos rentistas bloqueia os instrumentos que poderiam superar os impasses nacionais: baixa poupança, investimento e produtividade. Revelada na pandemia e agora na guerra da Ucrânia, nossa dependência em chips, fertilizantes, agrotóxicos, fármacos e pro-

duto químicos é quase total. Nossa indústria de fármacos e química depende das importações, assim como nossa agricultura e mesmo nossa indústria moderna. Um país com a dimensão e a riqueza do Brasil – quinto em território, sétimo em população, uma das 10 maiores economias do mundo, berço da Amazonia e com capacidade tecnológica – pode e deve superar essa dependência. Isso é de interesse nacional e não apenas de nossos governos ou da esquerda.

A condição para o Brasil se desenvolver está em nossa capacidade de construir um bloco social e um arco de alianças partidárias capaz de impulsionar um programa de reformas que viabilize um desenvolvimento com distribuição de renda. Nossa capacidade de mobilizar a sociedade para essas reformas estruturais encontra limites nos nossos partidos e na hegemonia da direita conservadora, que alcança inclusive setores populares. Razão pela qual o PT e as esquerdas precisam mudar a correlação de forças no Congresso e nos territórios da disputa eleitoral, política e cultural. Sem isso será impossível uma reforma do Estado e avanços na política institucional.

Nossa época está marcada por profundas mudanças tecnológicas e culturais. A direita e a extrema direita se apropriaram desses avanços tecnológicos e, com base numa agenda cultural conservadora, nos impuseram derrotas políticas e eleitorais ao se aliar com os interesses econômicos das elites financeiras e agrárias, cuja expressão foi e é o bolsonarismo e sua aliança com os neopentecostais e setores do agronegócio. Ao mesmo tempo, as agendas ambiental, de igualdade de gênero e raça, LGBTQIAPN+, democrática e mesmo social, foram apropriadas pelas grandes corporações econômicas multinacionais e pelas classes médias das grandes metrópoles do mundo, numa evi-

dente contradição com a agenda econômica privatista, rentista e financeira. Mas o ônus da defesa dessas agendas ficou com as esquerdas no embate com o conservadorismo religioso.

Para enfrentar os desafios da próxima década, o PT e as esquerdas necessitam de renovação a fim de lidarem com essa nova conjuntura política e cultural, condição para serem instrumentos da mobilização popular e eleitoral que garanta, para além das alianças, uma base parlamentar e apoio social para o avanço das reformas necessárias.

O Brasil precisa fazer 100 anos em 10. Começando pela educação e pela inovação, por uma reforma tributária progressiva que inverta nossa concentradora estrutura de impostos, uma redução drástica dos juros, uma reforma político-institucional e uma redefinição do papel do Estado. Precisamos recuperar nossa soberania na política de desenvolvimento e não só econômica ou macroeconômica. É um equívoco histórico o pressuposto de que o Brasil pode resolver seus problemas ou via austeridade ou apoiado na agregação de valor da agricultura e da mineração, associada com a negação do papel do Estado e das políticas industriais. As consequências são conhecidas: crescimento econômico que beneficia as elites e pobreza generalizada com perda da soberania nacional. Os bancos públicos, a Petrobras e as empresas monopolistas devem estar a serviço do desenvolvimento nacional.

Não há opção para o Brasil a não ser assumir seu papel na América do Sul e no mundo, e criar as condições para uma revolução social que dê unidade nacional para que possamos retomar o caminho do desenvolvimento.

Versão completa do artigo originalmente publicado na Folha de S. Paulo em 21 de janeiro de 2024



# ÁREA SOB ALERTAS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA CAI 50% EM 2023

Autos de infração aplicados pelo Ibama no bioma aumentaram 106%; no Cerrado, área sob alertas de desmatamento subiu 43,7%

**A** área sob alertas de desmatamento na Amazônia caiu 49,9% em 2023 na comparação com 2022, segundo dados do sistema Deter-B, do Inpe, divulgados na sexta-feira (12/1). O número é resultado da retomada da política ambiental e climática e das ações de fiscalização após quatro anos de retrocesso.

A redução anual é a maior da série histórica do Deter, que desde 2015 emite alertas diários para apoiar a fiscalização em campo realizada por Ibama e ICMBio. A área sob alertas no bioma havia

aumentado 25% em 2022 na comparação com 2021.

A queda do desmatamento em 2023 evitou o lançamento na atmosfera de aproximadamente 250 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (CO<sub>2</sub>e). Isso corresponde a cerca de 14% das emissões do Brasil, tendo como base o ano de 2020, último dado oficial disponível.

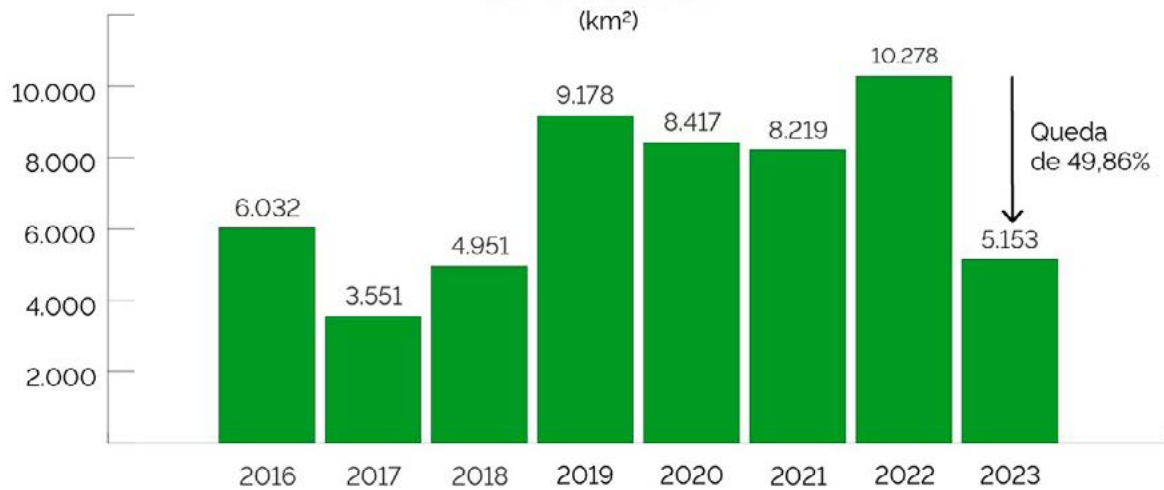
De janeiro a dezembro de 2023, o Ibama aumentou os autos de infração por crimes contra a flora em 106% na comparação com a média de 2019 a 2022. A destruição de bens e os embargos cresceram 161% e 64%, respecti-

vamente, no mesmo período. Já as apreensões aumentaram 79%.

Um dos primeiros atos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após sua posse foi a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), que havia sido abandonado pelo governo anterior e revogado em 2019. Elaborada em tempo recorde, a quinta versão do plano foi lançada em 5 de junho.

Ações em curso incluem a alteração de regras do Conselho Monetário Nacional como a restrição de crédito rural para proprietários com Cadastro Ambiental

## ÁREA SOB ALERTAS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA



Fonte: Deter/Inpe

Rural (CAR) suspenso, com embargos e imóveis sobrepostos a Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e florestas públicas não destinadas. Também foi implementada a nota fiscal do ouro como ativo financeiro para combater o garimpo ilegal, entre outras iniciativas.

Em 2023, o governo federal retomou ainda a criação de UCs e TIs após paralisação de quatro anos. As novas áreas protegidas somam ao menos 1 milhão de hectares, em sua maior parte na Amazônia.

Em resposta ao compromisso ambiental do governo brasileiro, o Fundo Amazônia foi retomado em janeiro após quatro anos de paralisação com cerca de R\$ 4 bilhões em caixa. Em 2023, os anúncios de novas doações chegaram a R\$ 3,9 bilhões. Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, Alemanha, Dinamarca, União Europeia e Suíça comprometeram-se com novos aportes.

### CERRADO

No Cerrado houve aumento de 43,7% da área sob alertas em 2023, concentrados principalmente nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, região conhecida como Matopiba.

Os autos de infração aplicados pelo Ibama por crimes contra a flora no bioma aumentaram 45%

na comparação com a média para o mesmo período dos quatro anos anteriores. Os embargos subiram 43%, as apreensões, 25%, e a destruição de equipamentos, 124%.

O governo federal lançou em novembro o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado), construído com participação de 13 ministérios e 22 órgãos convidados. A previsão é que planos para os outros biomas – Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal – fiquem prontos no primeiro semestre.

Uma das ações já implementadas do PPCerrado é a revisão pelo Conselho Monetário Nacional da norma de crédito rural, com restrição de acesso a crédito para quem praticar desmatamento ilegal. Antes restrita à Amazônia, a medida foi expandida para os demais biomas e abrange embargos estaduais, além dos federais.

Diferentemente da Amazônia, onde o Código Florestal protege 80% da área com cobertura vegetal nativa em propriedades privadas, no Cerrado a lei determina a preservação de apenas 20%. No Cerrado dentro da Amazônia Legal, o percentual é de 35%. Estima-se que cerca da metade do desmatamento no Cerrado seja autorizado pelos Estados.

Como grande parte das au-

torizações dos Estados não está plenamente integrada ao sistema federal, torna-se inviável a segregação automática e em escala do que é legal e ilegal, por meio do cruzamento com as informações sobre o desmatamento. Isso prejudica a atividade de fiscalização suplementar do desmatamento ilegal, que é realizada pelo Ibama.

O governo federal busca reforçar as condições e o monitoramento das autorizações de supressão de vegetação concedidas pelos Estados. Atua também para ampliar a identificação de possíveis falhas na concessão de autorizações e trabalhar com autoridades estaduais para corrigi-las.

Foi criado um grupo com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) que reúne os Estados do Cerrado para avaliar soluções adequadas. Há um subgrupo com os Estados do Matopiba.

Medidas estudadas para desestimular o desmatamento legal incluem viabilizar o acesso à outorga de água para quem conservar mais Cerrado e a integração das bases de dados dos Estados com o governo federal em projeto financiado pelo Fundo Amazônia.

*Com informações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima*



**MULTIDÃO TOMA CONTA DO CENTRO DE BUENOS AIRES** durante a greve geral convocada por sindicatos da Argentina contra o governo de Javier Milei

# ARGENTINA: COM FORTE APOIO POPULAR, SINDICATOS FAZEM GREVE GERAL CONTRA GOVERNO MILEI

# Paralisação tem adesão das principais organizações sindicais e movimentos sociais argentinos; no Brasil, a CUT apoia e é solidária com o movimento no país vizinho

**Marcelo Zero**

**A** Central Geral do Trabalho (CGT) da Argentina realiza nesta quarta-feira (24) uma greve geral em todo o país. O ato conta com a adesão de demais organizações sindicais como a Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA) e de outros sindicatos, entre eles os aeronáuticos que paralisaram aeroportos, além de movimentos sociais e a organização Mães e Avós da Praça de Maio.

Uma imensa multidão tomou conta das ruas da capital Buenos Aires desde as primeiras horas da manhã. O movimento grevista é uma forte resposta dos trabalhadores e trabalhadoras ao megadecreto anunciado pelo presidente argentino Javier Milei após a sua posse em dezembro do ano passado.

Segundo as organizações sindicais, o Decreto Nacional de Urgência apresentado por Milei desmantelou os sistemas de proteção laboral, social, saúde, desregulamentou a economia interna e externa, comprometeu a atividade da indústria nacional e abre às portas para a privatização das empresas públicas.

Segundo os sindicalistas, outro projeto de lei apresentado por Milei, o Omnibus, agrava ainda mais a situação ao dar superpoderes ao governo para a adoção de medidas autoritárias, perseguição e

repressão dos protestos, greves e manifestações.

A paralisação do país pelas entidades sindicais teve início às 12h e irá se estender até a meia noite, no horário local. Pela programação, os manifestantes realizam durante o dia concentrações e marchas até o Congresso, em apoio a legisladores que devem votar contra o megadecreto autoritário do governo. E às 15h será feita a leitura de um documento divulgado pelos organizadores da greve geral durante ato realizado na Praça do Congresso.

A Argentina vive uma das piores crises econômicas de sua história recente, sendo que cerca de 40% da população vive na pobreza e a inflação ultrapassa os 140% anuais.

## Apoio total da CUT

No Brasil, as centrais sindicais, encabeçadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e lideranças políticas manifestaram apoio à greve geral no país vizinho e acompanham o desenrolar das ações da paralisação. A CUT fez uma convocação às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros “a se solidarizarem com o povo argentino que vem sofrendo com as decisões políticas e econômicas do presidente Javier Milei”.

Em artigo, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, e o secretário de Relações Internacionais, Antônio Lisboa, manifestaram solidariedade ao movimento sindical da

Argentina e relembrou as várias lutas do mundo do trabalho no Brasil, inclusive na campanha Lula Livre, em que o apoio de trabalhadoras e trabalhadores argentinos foi de grande importância.

“Nunca esqueceremos a solidariedade recebida dos trabalhadores argentinos na luta contra a reforma Trabalhista brasileira em 2017; a solidariedade e presença determinada na campanha Lula Livre e na resistência aos tempos recentes de obscurantismo no Brasil, durante o governo Bolsonaro. Nesses e em outros momentos de nossa história quando enfrentávamos inimigos poderosos, que tudo fizeram para destruir a CUT e o movimento sindical, nunca estivemos sozinhos, porque a solidariedade internacional esteve presente. As centrais sindicais argentinas estiveram ao nosso lado, lutando, e agora nós estaremos ao lado do movimento sindical argentino lutando para resistir aos intentos autoritários de Milei e impor uma derrota do tamanho da nossa solidariedade”, diz o texto.

A Central também realizou nesta quarta-feira um ato em frente à Embaixada da Argentina, em Brasília, quando foi entregue uma carta das centrais sindicais brasileiras pedindo diálogo do governo com os sindicatos e a revogação do DNU e da Lei Omnibus.

Pela sua rede social, também o Foro de São Paulo manifestou apoio ao movimento sindical argentino e à greve geral convocada em todo o país.



# REBELIÃO NEGRA EM PELOTAS E A DISPUTA DA HISTÓRIA

Isaías Dalle

Entre datas ignoradas pela historiografia conservadora, há algumas ainda mais escondidas, escapando até de setores progressistas. O trabalho de escavação que pretende trazê-las à tona e formar novas perspectivas vai, com o tempo, aproximando-se de episódios tidos como menores, porém de grande importân-

cia nos processos de disputa que movem as transformações.

Um desses casos vem do dia 6 de janeiro de 1848, marcado pela Conspiração Mina-Nagô na cidade de Pelotas (RS). Descoberto a tempo pelos escravistas, foi totalmente frustrado o plano de matança de brancos e posterior fuga para o Uruguai, onde a escravidão havia sido legalmente abolida dois anos antes. Em tese, uma derrota.

Mas, “para compreender a his-

tória é preciso conhecer os locais onde é vivenciada e as articulações mais amplas tecidas a partir daí”, como nos avisa o Calendário Insurrecional 2024, do grupo História da Disputa: Disputa da História, onde se lê, entre tantas lutas ali destacadas, informações sobre a Conspiração Mina-Nagô.

“Datas que os racistas preferem esquecer”, como destaca a publicação, em formato de calendário de parede. Somadas, e certamente articuladas por fios



indocumentados da organização popular, essas supostas derrotas forçaram a queda formal da escravidão, 40 anos depois da Conspiração Mina-Nagô em Pelotas.

Principais personagens desse acontecimento histórico, os homens e mulheres mina-nagô haviam sido trazidos prisioneiros da porção oeste africana conhecida como Costa da Mina, no golfo da Guiné. Hoje, o território compreende da Costa do Marfim à Nigéria.

Parte desses escravizados foram forçados à lida na produção de carne seca, as charqueadas, no Rio Grande. Ali, conflitos na fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina foram moldando um quadro guerreiro. Na Farroupilha (1835-45), por exemplo, foi feita a promessa de liberdade aos negros que se engajassem nos combates, revelada como mentira ao final dos combates - por sinal, conhecidos como Lanceiros Negros, esses traídos foram inscritos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria no último dia 9 de janeiro de 2024.

A Conspiração Mina-Nagô se desenhou entre os escravizados,

muito provavelmente na língua iorubá. A ideia central era a fuga de um grande grupo, o que exigiria a morte de senhores brancos e pessoas a serviço deles. Com previsão para ocorrer em 30 de janeiro, a ação foi adiada para a semana seguinte, justamente o tempo em que se deu a descoberta do plano.

A revolta foi sufocada ali mesmo em Pelotas, sem abertura de inquéritos e julgamentos, algo interpretado como uma tentativa de não deixar sequer rastros da insubordinação. "Os autos [dos inquéritos] costumam ser úteis ao estudo de sublevações, pois, apesar de produzidos pelos opressores, podem dar voz aos oprimidos e delinear melhor a arquitetura da revolta", comenta o Calendário Insurrecional.

No entanto, dois dias depois, a imprensa de Porto Alegre iria narrar os acontecimentos, com evidente destaque à eficácia das forças de repressão, deixando uma pista para os futuros historiadores.

Fundadora do grupo História da Disputa: Disputa da História, Caróu Oliveira afirma que o projeto multidisciplinar quer levar o

debate para um público não-historiador. Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), viu essa vontade surgir durante manifestações de que participou, ainda estudante de graduação, na primeira metade dos anos 2010, por, nas palavras dela, "liberdade e transporte" - este também um episódio cuja interpretação permanece em disputa.

"A partir dessa experiência de ocupar o território que era feito para os carros, de construir política no chão da rua, de discutir horizontalmente rumos e percepções, também nos demos conta que o que estudávamos na faculdade parecia distante do que vivíamos na rua", diz Caróu.

"Assim, nasceu a vontade de ocupar a rua com o debate historiográfico, tão distante das 'pessoas comuns' e, na mesma toada, construir juntos a compreensão de que a História é feita todo dia no cotidiano, que a memória é refém da História monopolizada pelas classes dominantes, mas nem por isso menos instrumento possível de resistência", completa.

A História segue em disputa.





29 de janeiro de 1985

## MST REALIZA PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba (PR), e assume uma posição de destaque na luta pela reforma agrária no Brasil. O evento é um desdobramento do 1º Encontro Nacional, ocorrido no ano anterior, em Cascavel (PR), quando a organização foi oficialmente criada.

O congresso em Curitiba contou com a participação de lavradores e camponeses de diferentes Estados, que contribuíram para a fixação das diretrizes de atuação do MST, resumidas em duas palavras de ordem: "Ocupação é a única solução" e "Sem reforma agrária, não há democracia". O movimento passou a defender a ocupação de terrenos como legítimo instrumento de luta contra o latifúndio e pelo direito à terra.

O MST tem raízes históricas nas lutas do período pré-1964 pela reforma agrária, uma das reformas de base preconizadas pelo governo João Goulart. Naquela fase, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, haviam sido o movimento social mais expressivo na luta pela terra.

Nos anos 1980, sob a influência da Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas ao setor progressista da igreja católica, surgiram novas lideranças no setor, dando origem ao núcleo original do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e depois ao MST. Um impulso decisivo foi dado com a implantação do acampamento de Encruzilhada Natalino (RS), no início da década.

30 de janeiro de 2003

## GOVERNO LANÇA PROGRAMA FOME ZERO

Trinta dias após assumir o governo, Lula lança o Programa Fome Zero, cujo desafio é integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome. Com essa medida, o presidente começa a pôr em prática a principal bandeira de sua plataforma eleitoral e de sua trajetória política.

No Brasil do início de 2003, 44 milhões de pessoas viviam com menos de 1 dólar ao dia, em situação de insegurança alimentar. Até janeiro de 2004, o programa beneficiaria 11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro. Nesse período, seria criado o Cartão Alimentação, para possibilitar às famílias a compra direta de alimentos, e o Programa de Aquisição de Alimentos, com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar.

O Programa Fome Zero enfrentaria sérias dificuldades em sua implementação, especialmente na articulação com as demais políticas de seguridade social. Mesmo assim, a experiência de garantir renda mínima para as populações mais pobres se aprofundaria e seria o embrião do Bolsa Família, lançado em janeiro de 2004, que se tornaria o maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



31 de janeiro de 1951

## GETÚLIO VARGAS RETORNA AO CATETE

“Ordenastes e eu obedeci!” - discursou Getúlio Vargas, das escadarias do palácio Tiradentes, logo após ser empossado como presidente pelo Congresso. A multidão, que na véspera o recebera com confetes e serpentinas, faz silêncio para ouvi-lo. “A minha candidatura [...] veio diretamente do povo, de seus anseios e de seus clamores”.

O carnaval continuou após a última palavra do discurso do presidente. O cortejo festivo acompanhou o carro que conduziu Getúlio lentamente ao palácio do Catete, onde recebeu, de Eurico Gaspar Dutra, a faixa presidencial.

Da janela do palácio, Getúlio acenou para o público, mas isso não foi suficiente. A multidão ameaçava invadir o prédio. Getúlio, então, ordenou que fosse liberado o acesso à varanda, e longas filas se formaram para cumprimentá-lo. Assim foi até às oito da noite, quando se encerrou a maior aclamação

pública até então recebida por um chefe de Estado brasileiro.

A formalização da posse espantaria o fantasma que ameaçou o seu mandato e atendia pelo nome de UDN (União Democrática Nacional). O partido de Carlos Lacerda entrara com um recurso na Justiça Eleitoral questionando a legitimidade da vitória de Getúlio, já que ele não havia obtido a maioria absoluta dos votos. Essa exigência, porém, não era prevista na Constituição, e o Tribunal Superior Eleitoral rejeitou o pedido da UDN.

A posse também teve o aval do ministro da Guerra de Dutra, general Canrobert Pereira da Costa, e de outros chefes militares que rejeitaram a manobra golpista.

Fechados os portões de Catete, o aclamado Getúlio anunciaria seu ministério – que, para surpresa de muitos, teve um perfil conservador.



# BRASIL

## 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva  
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro  
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve  
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo  
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira  
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto  
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro  
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha  
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC  
EDITORA